

PORTARIA GP Nº 18,  
de 26 de maio de 2008

O DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador Federal do Trabalho LUIZ CARLOS DE ARAÚJO  
Presidente do Tribunal

ANEXO  
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>657.958</b>	<b>13.200</b>	<b>671.158</b>
Pessoal Ativo	<b>549.261</b>	<b>8.199</b>	<b>557.460</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administr. Direta)	5.178	0	5.178
Demais Despesas com Pessoal Ativo	544.083	8.199	552.282
Pessoal Inativo e Pensionistas	108.697	5.001	113.698
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>130.544</b>	<b>12.835</b>	<b>143.379</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	5.178	0	5.178
Despesas de Exercícios Anteriores	19.154	8.471	27.625
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	106.212	4.364	110.576
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I - II)</b>	<b>527.414</b>	<b>365</b>	<b>527.779</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>			<b>413.867.577</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,127435%</b>	<b>0,000088%</b>	<b>0,127524%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,219360%</b>			<b>907.860</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,208392%</b>			<b>862.467</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI e SECIN/TRT 15ª Região

**Notas:**

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2. No item "Sentenças Judiciais com Precatório" R\$ 3.499 mil referem-se a Precatórios da Administração Direta e R\$ 1.679 mil a Sentenças de Pequeno Valor, em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, no art. 28 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e no art. 32 da Lei 11.514/2007 (LDO/2008).

3. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 Plenário do TCU não foi incluído o valor de R\$ 1.100 mil referente a Precatórios da Administração Indireta.

**Clériston Alves Santos**

Ordenador de Despesas com Pessoal

**Adlei Cristian Carvalho Pereira**

Diretor-Geral de Coordenação Administrativa

**Marco Antonio Fernandes**

Responsável Controle Interno

**Luiz Carlos de Araújo**

Desembargador Federal do Trabalho Presidente do Tribunal